

15 FEV 1993

Congresso vai

GAZETA MERCANTIL

rever limites

dos monopólios

por José Casado
de São Paulo

O governo federal mantém a expectativa de que no segundo semestre o Congresso Nacional faça um reexame dos limites do monopólio do Estado nas áreas de petróleo e de telecomunicações, de acordo com o que informou o ministro Paulo Haddad, da Fazenda, ao secretário do Tesouro dos EUA, Lloyd Bentsen, e ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, na semana passada em Washington.

"O governo não tem nenhum estudo feito sobre isso, mas está previsto para acontecer na revisão constitucional", explicou a este jornal a ministra Yeda Crusius, do Planejamento, responsável formal pelo programa de privatização.

O próprio Haddad, relata o correspondente Getulio Bittencourt, fez uma menção específica sobre a expectativa de revisão desses monopólios estatais no petróleo e nas telecomunicações, em Washington, quando garantiu a manutenção da agenda proposta pelo governo ao Congresso para a revisão da Constituição.

A ministra do Planejamento observa que "o processo de privatizações está caminhando nos limites constitucionais, mas este é um ano de revisão constitucional e o governo e o Congresso vão examinar as idéias trazidas pelos diferentes grupos".

Há um ano e cinco meses tramita no Congresso um projeto de emenda à Constituição reduzindo ao mínimo o monopólio estatal no petróleo e nas telecomunicações. A iniciativa foi do então presidente Fernando Collor de Mello.

Além da forte oposição



Yeda Crusius

das facções políticas nacionalistas, a proposta ficou politicamente inviabilizada por causa da difícil relação de Collor com os líderes congressistas. Na época, o presidente tentou, por meios administrativos, preparar o grupo Petrobrás para um possível processo de privatização. Pelo menos foi essa sua justificativa para, no curto período de 930 dias em que ficou no poder, ter nomeado seis presidentes para a Petrobrás.

Ainda não está clara, porém, a dimensão da revisão dos monopólios estatais que o governo Itamar Franco desejaria ver aprovada.